

**EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO CRCPB Nº 01/2021
SELEÇÃO E CREDENCIAMENTO DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO PARA CELEBRAÇÃO DE
ACORDO DE COOPERAÇÃO E PARCERIA**

O presidente do **CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DA PARAÍBA** torna público, aos interessados, que realizará Chamamento Público para seleção e credenciamento de Cooperativas de Crédito para celebração de Acordo de Cooperação e Parceria, conforme as condições estabelecidas neste Edital, aplicando-se, subsidiariamente, as normas da Lei nº 8.666/93 e Lei 13.019/2014.

1. DO OBJETO

1.1 O presente chamamento público tem por objeto firmar Acordos de Cooperação e parcerias com **Cooperativas de Crédito**, com vistas à concessão de benefícios financeiros e pessoais, tais como Taxas de juros reduzidas, rendimentos normalmente superiores aos de mercado e atendimento diferenciado para profissionais de contabilidade que estejam devidamente registrados, em situação regular perante o CRCPB e desejem se associar.

1.2 A Cooperativa deverá indicar, no documento específico de Solicitação de Habilitação e Credenciamento (ANEXO I deste edital), os serviços bancários / canais de atendimento ofertados, discriminando sua nomenclatura específica.

2. DA CONTRAPARTIDA

2.1 A contrapartida do CRCPB para com as Cooperativas de Crédito se dará através da divulgação de uma logomarca da Cooperativa nos meios de comunicação do CRCPB.

3. DA MOTIVAÇÃO

3.1 O CRCPB busca executar a sua atribuição legal de fiscalização preventiva, oferecendo meios alternativos para o aperfeiçoamento do profissional da contabilidade, ajudando-os no exercício de seu trabalho proporcionando ferramentas tecnológicas que permitam atender às demandas crescentes do governo com segurança e velocidade, melhorando assim, o funcionamento dos escritórios contábeis e empresas brasileiras.

4. DA SELEÇÃO E CREDENCIAMENTO

4.1 A seleção das Cooperativas de Crédito será realizada através da análise do formulário de inscrição (ANEXO I) e documentação comprobatória e de regularidade constante no item 8 deste edital;

4.1.1 Os documentos serão avaliados pela Comissão de Seleção previamente designada. Após análise e aprovação dos documentos, o credenciamento da Instituição será efetivado por meio da assinatura do Acordo de Cooperação e Parceria;

4.1.2 Decorrida a assinatura do Acordo, o CRCPB iniciará a divulgação da Cooperativa em seus meios de comunicação.

4.1.3 A Comissão de seleção avaliará as propostas e divulgará os resultados no site oficial do CRCPB no prazo de até 60 (sessenta) dias úteis, contados a partir da data de recebimento ou

protocolo dos documentos exigidos no item 8 deste edital.

4.1.4 Caso a Cooperativa interessada tenha alguma irregularidade, a mesma terá sua inscrição indeferida.

5. DOS RECURSOS FINANCEIROS

5.1 As inscrições, seleção e credenciamento será celebrado a título não oneroso e, portanto, não haverá, em hipótese alguma, quaisquer repasses de recursos oriundos das partes.

6. DOS CRITÉRIOS PARA SELEÇÃO

6.1 O presente Chamamento Público ficará com inscrições abertas no período de **15/02/2021** a **15/03/2021**, podendo, durante esse período, as instituições candidatarem-se para seleção, apresentando formulário de inscrição e toda a documentação constante no item 8 deste edital.

6.2 Constituem impedimentos para participação:

a) Ficam impedidas de aderir a seleção instituições que possuam em seu quadro societário, ou responsáveis, conselheiros, delegados ou funcionários do CRCPB e seus parentes de primeiro grau consanguíneo;

b) Caso a organização tenha alguma irregularidade na documentação disposta no item 8 deste edital, a mesma terá sua inscrição e credenciamento indeferidos.

7. DA NÃO EXCLUSIVIDADE

7.1 A inscrição para a seleção do Chamamento Público não gera qualquer direito de exclusividade entre as partes.

8. DAS INSCRIÇÕES E APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS

8.1 As Cooperativas interessadas deverão preencher e encaminhar o formulário de inscrição, conforme modelo (ANEXO I), impresso em papel timbrado, sem emendas ou rasuras, que prejudiquem sua inteligência e sua autenticidade, devidamente datado e assinado pelo representante da legal, com identificação legível do(s) responsável(is).

8.2 Os seguintes documentos devem ser apresentados, juntamente com o Formulário de Inscrição:

8.2.1 Ato constitutivo (estatuto ou contrato social), acompanhado das alterações posteriores, no caso de inexistência de contrato consolidado, devidamente arquivado no Registro de Empresas, em se tratando de Sociedades Empresariais, ou acompanhado da ata arquivada da assembleia da última eleição da diretoria, no caso de Sociedade por Ações;

8.2.2 CPF e RG do(s) representante(s) legal(is), com poderes de representação devidamente comprovados seja pelo instrumento previsto no item 9.2.1 ou por meio de procuração com a respectiva cópia do documento de identificação anexa;

8.2.3 Autorização de Funcionamento pelo Banco Central do Brasil;

8.2.4 Comprovante de Inscrição do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, expedido pela Receita Federal do Brasil;

8.2.5 Certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil; (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) referente a Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;

8.2.6 Declaração de que não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade da economia mista, de acordo com o modelo contido no ANEXO II;

8.2.7 Declaração da Pessoa Jurídica de que não possui em seu quadro de pessoal empregado (s) com menos de 18 (dezoito) anos de idade em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de 16 (dezesseis) anos de idade em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal de 1988 (ANEXO III).

9. DO PROCEDIMENTO DE SELEÇÃO

9.1 Os formulários e documentação serão analisados pela Comissão de Seleção do Chamamento Público, que concluirão pelo deferimento ou indeferimento das instituições interessadas.

9.2 O protocolo de recebimento dos documentos não implica na seleção da instituição, o que somente será efetuado após análise e aprovação dos formulários e documentação das interessadas.

9.3 As inscrições que não atenderem às disposições constantes neste edital e/ou que não apresentem os documentos exigidos serão indeferidas.

9.4 Não serão considerados motivos para indeferimento da participação irregularidades materiais (erros de digitação, concordância verbal etc.) nas inscrições e documentação, desde que sejam irrelevantes.

9.5 A decisão de indeferir a inscrição do interessado dar-se-á por intermédio de comunicação por escrito por parte do CRCPB.

9.6 A instituição que tiver o seu pleito indeferido poderá apresentar recurso, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos a contar da data do recebimento da comunicação formal por parte do CRCPB.

9.7 A Comissão de Seleção do Chamamento terá o prazo de até 15 (quinze) dias úteis para analisar o recurso e manifestar sobre seu provimento.

9.8 Os recursos podem ser enviados para o e-mail: chamamentopublico@crpcb.org.br, contendo o assunto “Recurso: Chamamento Público nº 01/2021 – Cooperativas de Crédito” explicando os motivos e/ou enviando documentação faltante, caso necessário.

9.9 Concluída a análise das inscrições e possíveis recursos, o CRCPB fará a devida divulgação da Instituição selecionada através de seus meios de comunicação.

9.10 O formulário e documentos exigidos para inscrição deverão ser apresentados pela Instituição interessada, com o seguinte título: “**Chamamento Público nº 01/2021 – (razão social da Empresa).**”

10. E-MAIL PARA ENVIO

10.1 A documentação deverá ser enviada para o e-mail: chamamentopublico@crpcb.org.br

11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1 Quaisquer informações ou esclarecimentos relacionados a este procedimento, deverão ser encaminhados, por escrito, à Comissão de Seleção do Chamamento Público do CRCPB no e-mail: chamamentopublico@crpcb.org.br

(ANEXO I)
FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

Razão Social:		
Nome fantasia (se houver):		
CNPJ:		
Endereço:		
Complemento:		
Bairro:	Cidade:	Estado:
CEP:	Telefone fixo:	Telefone celular:
Serviços bancários / canais de atendimento ofertados:		
Nome do Responsável:		
Cargo:	E-mail:	
Data:	Assinatura:	

(ANEXO II)

DECLARAÇÃO DE NÃO EXISTÊNCIA DE SERVIDOR PÚBLICO NO QUADRO SOCIETÁRIO

A Instituição _____, inscrita no CNPJ nº _____, sediada na Rua _____, bairro _____ cidade de _____, CEP _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, e do CPF nº _____, declara sob as penalidades legais, que não possui em seu quadro societário, servidor público da ativa, empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista.

[<LOCAL>], [<DATA>].

[<ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA CREDENCIADA>]

[<NOME COMPLETO E SEM ABREVIÇÕES DO REPRESENTANTE LEGAL DA CREDENCIADA>]

[<CARGO/FUNÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL DA CREDENCIADA>]

(ANEXO III)

DECLARAÇÃO

XXXIII do art. 7º da Constituição Federal
(modelo)

Declaramos em atendimento ao previsto no Edital de Chamamento Público nº _____/2021, que não possuímos em nosso quadro de pessoal empregados com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

_____, _____ de _____ de 2021.

Assinatura
(representante legal)

Observações:

- 1) esta declaração deverá ser emitida em papel que identifique a licitante; e**
- 2) se a licitante possuir menores a partir de 14 anos como aprendizes, deverá declarar essa condição.**

(ANEXO IV)

(Minuta)

ACORDO DE COOPERAÇÃO N° ____/2021

ACORDO DE COOPERAÇÃO ENTRE O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DA PARAÍBA- CRCPB E _____, NA FORMA ABAIXO.

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DA PARAÍBA - CRCPB, Autarquia Federal, instituída nos termos do Decreto Lei nº 9.6264/46, com sede e foro nesta cidade de João Pessoa, no Estado da Paraíba, situado na Rua Rodrigues de Aquino, 208, Centro, CEP – 58013-030, inscrito no CNPJ sob o nº 09249137/0001-59, doravante denominado simplesmente CRCPB, neste ato representado pelo seu Presidente, Contador BRUNNO SITONIO FIALHO DE OLIVEIRA, nomeado através da ata de posse, publicada no Diário Oficial em,11/02/2020, portador da carteira de identificação profissional PB-007334 e CPF 029.291.154-83, no uso das suas atribuições e Empresa XXXXXXX, com sede e foro na cidade XXXXXXX, rua XXXXXXX, inscrita no CNPJ sob o número XXXXXXX, denominado Parceiro, representado por seu (cargo, nome, domicílio com CEP do representante legal), portador da carteira de identidade (número, órgão emissor e data de emissão) e CPF nº XXXXXXX, designado pelo (entidade privada, especificar o ato de nomeação do representante legal e juntar cópia do Estatuto e da Ata de nomeação), resolvem celebrar o presente Acordo de Cooperação e Parceria sujeito às normas, no que couber, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, e legislação complementar pertinente, sob as cláusulas e condições seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

O presente chamamento público tem por objeto firmar Acordos de Cooperação e parcerias com **Cooperativas de Crédito**, com vistas à concessão de vantagens financeiras e pessoais, além de Taxas de juros reduzidas, rendimentos normalmente superiores aos de mercado e atendimento diferenciado para profissionais de contabilidade que estejam devidamente registrados, em situação regular perante o CRCPB e desejem se associar, tendo como contrapartida, a divulgação desta nos meios de comunicação do CRCPB.

Subcláusula Primeira – As condições para concessão dos descontos serão conforme descrição a seguir:

I- Ser Contador ou Técnico em Contabilidade registrados no CRCPB, que não possua débito de qualquer natureza com o Conselho na data da realização da contratação e que não tenha sido penalizado por decisão transitada em julgado a menos de 05 (cinco) anos.

II - Anualmente, quando da renovação da contratação, o profissional da contabilidade ou organização deverá obter, no portal do CRCPB, Certidão Negativa de Débito visando a comprovação, junto à instituição, de sua situação regular para manter o benefício previsto neste Acordo de Cooperação e Parceria.

Subcláusula Segunda - O presente Acordo de Cooperação e Parceria não importa nenhuma transferência de recursos entre os partícipes.

Cada Partícipe designará um coordenador, cujo nome será oficialmente comunicado por cada Parte à outra, que ficará responsável pelo acompanhamento das atividades mencionadas neste Acordo e nos Termos Aditivos que vierem a ser celebrados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Subcláusula Primeira – Caberá ao **CRCPB**:

- I - Divulgar, por seus meios de comunicação, o objeto deste acordo de cooperação;
- II – Acompanhar o desenvolvimento dos compromissos pactuados.

Subcláusula Segunda – Caberá a INSTITUIÇÃO:

- I - Exigir dos beneficiários a comprovação de inscrição junto ao CRCPB e a certificação de regularidade perante o Órgão;
- II - Encaminhar ao CRCPB a relação dos beneficiários que utilizaram a concessão do desconto, fazendo constar o nome, o número do Registro e percentual de desconto ofertado ao respectivo beneficiário;
- III - Não utilizar a marca, ou o nome do CRCPB, a qualquer pretexto, sem autorização formal do Conselho;
- IV – Ofertar seus produtos aos profissionais de contabilidade registrados e em dia com suas obrigações perante o CRCPB, de acordo com o estabelecido neste Acordo, mediante identificação do profissional da Contabilidade registrado;
- V - Zelar pela perfeita execução do serviço, garantindo-os nos termos do Código do Consumidor.

Subcláusula Terceira - A celebração do presente Acordo de Parceria não gera nenhum vínculo de qualquer natureza entre as partes.

Subcláusula Quarta - A relação contratual existente entre a Cooperativa e o profissional contábil, fica adstrita aos mesmos, não cabendo ao CRCPB nenhum vínculo, responsabilidade, solidariedade ou subsidiariedade.

Subcláusula Quinta - O presente Acordo de Parceria não importa nenhum ônus para o CRCPB, com exceção dos recursos necessários para viabilizar a divulgação das Instituições.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

Este acordo, por si, não implica em compromissos financeiros entre as Partes. O custeio das despesas referentes ao objeto, correrá por conta das dotações orçamentárias, ou não, de cada Parte, sem haver indenização de uma à outra.

CLÁUSULA QUARTA - DAS ALTERAÇÕES

Qualquer modificação, vedada a alteração do objeto, será estabelecida em Termo Aditivo, que se tornará parte integrante do presente instrumento, mediante a assinatura pelos representantes legais das Partícipes, para vigorar dentro do prazo de vigência deste Acordo.

CLÁUSULA QUINTA – AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

Na aquisição de bens e contratação de serviços, caso houver, o CRCPB e a Cooperativa adotarão os procedimentos legais regulamentares aplicáveis, em especial a Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a Lei nº 10.520/02, o Decreto nº 3.555/00, o Decreto nº 5.450/05, a Lei Complementar nº 123/06 e o Decreto nº 6.204/07 e as demais normas que disciplinam a matéria quanto à realização de licitação ou sua forma de dispensa.

CLÁUSULA SEXTA – DO PESSOAL

Os servidores e empregados de qualquer das Partes, em decorrência da execução das atividades inerentes ao presente Acordo, não sofrerão qualquer alteração nas suas vinculações com a entidade de origem, ficando, porém, sujeitas a observância dos regulamentos internos do local onde estiverem atuando.

Subcláusula Única - As Partes se isentam reciprocamente de toda e qualquer despesa de natureza social, trabalhista, previdenciária, tributária, securitária ou de outra natureza, embora não especificada, devida em decorrência, direta ou indireta, para com o pessoal da Parte que vier a ser contratado e/ou designado para atender o objeto do presente Acordo, não tendo os servidores/empregados de uma Parte qualquer vínculo empregatício com a outra Parte.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DENÚNCIA E RESCISÃO

O presente Acordo poderá ser denunciado por qualquer das Partes desde que haja comunicação prévia e expressa ou rescindido por qualquer uma das Partes mediante notificação prévia e expressa, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias. Em caso de inadimplemento total ou parcial das responsabilidades assumidas, ou da paralisação das atividades constantes deste Acordo e seus termos aditivos, será o mesmo rescindido de pleno direito, independentemente de aviso judicial ou extrajudicial.

Subcláusula Única – Nas hipóteses de denúncia ou rescisão as Partes obrigam-se a cumprir os compromissos e obrigações porventura pendentes, assumidos de conformidade com os instrumentos específicos por eles firmados e reembolsar/indenizar as despesas e investimentos efetuados até a data da denúncia, salvo quando expressa e diversamente por elas acordado.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA VIGÊNCIA

Subcláusula Primeira - Este Acordo entrará em vigor na data de sua assinatura e vigorará por um período de doze (12) meses, podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo, a critério das Partes.

Subcláusula Segunda - Fica garantido o benefício por todo o período da vigência do Acordo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA PUBLICAÇÃO

A publicação resumida deste Acordo na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo CRCPB até o quinto dia útil do mês subsequente ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data, nos termos do parágrafo único

do artigo 61, da Lei nº 8.666/93.

CLAÚSULA DECIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Cessarà para a Instituição a obrigação de concessão de descontos, objeto deste Acordo de parceria, nos seguintes casos:

- I - Rescisão da presente parceria;
- II - Falência ou concordata da instituição;
- III- Cancelamento do registro do profissional da contabilidade ou da organização contábil;
- IV - Débito de qualquer natureza do profissional da contabilidade/organização contábil com o Conselho.
- V - Penalização do profissional da contabilidade ou organização contábil por decisão transitada em julgado, a menos de 05 (cinco) anos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

As controvérsias surgidas na execução do presente acordo deverão ser resolvidas integralmente por via administrativa. Caso, todavia, não se alcance solução, e como medida excepcional, as Partes elegem o Foro da Justiça Federal, da cidade de João Pessoa-PB, para dirimir qualquer dúvida ou litígio que porventura possa surgir da execução deste acordo de cooperação, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por concordarem as partes com o conteúdo e condições acima convencionadas, assinam as 03 (três) vias originais deste documento.

João Pessoa, ____ de _____ de 2021.

Brunno Sitônio Fialho de Oliveira
Presidente do Conselho Regional de Contabilidade - CRCPB

Nome
Cargo do Representante Legal da outra Parte

TESTEMUNHAS:



NOME RG

NOME RG